

A formação pedagógica em contabilidade – um pouco de história e algumas reflexões

Cláudio Ulysses Ferreira Coelho

Mestre em Contabilidade pela UFRJ, Assessor Técnico das áreas de Gestão e Comércio do Senac - Departamento Nacional e professor das Universidades Gama Filho e Unilasalle/RJ
claudioulysses@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo procura discutir o perfil do professor de contabilidade e as novas competências necessárias para a prática docente na área contábil.

Primeiramente, é feita uma breve revisão histórica da formação de professores no Brasil, procurando focar a área contábil.

Num segundo momento, procura-se historiar o surgimento e o crescimento da discussão sobre a pedagogia das competências para, em seguida, fazer referências à prática pedagógica dos professores na área contábil.

Finalmente, o artigo apresenta perspectivas e oferece alguns subsídios para a reflexão da formação e prática pedagógica dos professores, procurando apontar como a tecnologia pode influenciar na melhora contínua da formação pedagógica em contabilidade.

ABSTRACT

The present article intends to discuss the accounting teacher profile and the new competencies to teach in the accounting courses.

Firstly, we review the development of teaching in Brazil, especially in the accounting area.

Secondly, we write about the development of competency approach to afterwards make references to the accounting teacher pedagogy practice.

Finally, the article presents perspectives and offer some reasons to a reflection about education and pedagogy practice of accounting teacher, trying to point out how technology can turn it better.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade, competência, formação pedagógica, professor, perfil profissional

KEY WORDS: Accounting, competency, pedagogy education, teacher, professional profile

1 A EDUCAÇÃO NUM CONTEXTO DE AVANÇO TECNOLÓGICO

A influência das tecnologias da informação e da comunicação na rotina diária e na prática profissional do contador é algo incontestável. Tal fato ocorre, em virtude de vários fatores, que vão desde o crescimento da competitividade dos mercados, que a cada dia globalizam-se de forma mais intensa, até o aumento considerável das exigências fiscais e tributárias que os órgãos competentes empreendem e que tornam o trabalho ainda mais desafiador e complicado.

Poderíamos, ainda, citar as pressões internacionais, as preocupações sociais e ambientais, que crescem substancialmente no Brasil, além de muitas outras questões, que também causam impacto na profissão.

Diante de tão complexo cenário, há que se questionar o seguinte: *"Qual formação poderia preparar o sujeito que exerce o ofício de professor em possível profissional que atenda à sua realidade enquanto cidadão e à demanda dos alunos, da sociedade e do mundo do trabalho?"*. (Silveira, 2003, p. 3)

No caso específico da área contábil, diante das atuais demandas, qual deve ser a postura dos professores de contabilidade?

Afinal de contas, a eles cabe a árdua missão de preparar bem os futuros profissionais, para que sejam competentes e ativos nesse ambiente extremamente complexo e instável.

Parece claro e evidente que nosso mundo contemporâneo já não comporta mais a idéia, que por muito tempo esteve arraigada no meio educacional, de que o professor, dono do conhecimento, repassa aos alunos, por meio de aula expositiva parte do seu saber, cabendo a estes, tão somente colher e acumular informações.

A tecnologia, o ritmo dos acontecimentos, o volume dos negócios e muitas outras características de nosso mundo contemporâneo per-

mitem afirmar que se faz necessário buscar nova postura e tanto professores quanto alunos devem se adaptar às exigências de um universo que cada vez mais disponibiliza um maior número de informações.

Nesse sentido, o que um professor da área contábil deve fazer para avaliar sua prática pedagógica, a fim de torná-la adequada e coerente com as necessidades do mundo atual e às exigências da profissão de contador?

Reconhece-se que o cenário atual requer, em termos educacionais e pedagógicos, a superação do método da transmissão de conhecimentos do professor para o aluno como única metodologia de ensino, além da ruptura da segmentação e do fracionamento para a busca de uma formação mais contextualizada, entendendo-se que tal proposição estaria mais adequada às exigências dos tempos atuais.

A questão do conhecimento precisa ser revista e no caso do professor deve-se conceber que *"o conhecimento, antes de tudo, deve ser condição necessária para uma real reflexão sobre o próprio modo de vida social, e não como mera assimilação de conhecimentos autônomos e abstratos deslocados da prática social dos homens"*. (Flinck, 2002, p. 23)

Há concordância de que certas práticas pedagógicas precisam ser modificadas e que a escola deve procurar novas formas de aprendizagem até em função dos recursos tecnológicos disponíveis. Sendo assim, porque é tão difícil mudar? Por que há tantas resistências ao novo e às mudanças?

Nesse propósito, o que a pedagogia das competências, que tem sido tão propalada nos meios educacionais, em vários países, em tempos recentes, tem a oferecer aos professores de contabilidade?

Antes dessa abordagem surgir, muitas outras já se fizeram presentes. Algumas representavam meros modismos, outras eram mais consistentes. De qualquer maneira, é preciso

analisar a evolução histórica da formação pedagógica na área contábil no Brasil, pois seu contexto histórico pode referendar a cultura e práticas pedagógicas atuais.

2 O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CONTÁBIL E FORMAÇÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL

Entende-se que " um nível elevado de educação de uma população pode mudar a natureza do trabalho". (Deffune; Depresbiteris, 2000, p. 32)

Sabe-se que o Brasil conviveu até o século XIX com o trabalho escravo e, mesmo depois de sua abolição, ainda por muito tempo, o país sofreu extrema carência de um processo educacional que atingisse às várias camadas da população.

No período colonial, por exemplo, os únicos educadores eram os jesuítas e seminaristas. Na época do Império, a educação era direcionada a um pequeníssimo grupo, formado por comerciantes e profissionais liberais , " que mantinham, no campo educacional, as mesmas características de privilégios advindos de seu status na sociedade". (Pereira et all, 2000, p. 29)

Apesar das muitas dificuldades, a educação contábil se desenvolvia timidamente, por meio de algumas publicações, que começaram a surgir em maior número principalmente no final do século XIX, e da criação, em 1809, da aula (escola) de comércio, implantada um ano depois com a nomeação de José Antonio Lisboa, que, segundo Rodrigues (1988), se torna o primeiro professor de contabilidade do Brasil.

No entanto, só a partir de 1835 é que se inicia, em Niterói, no Rio de Janeiro, a formação de professores em escola normal e em 1880 é criada a primeira Escola Normal do Município da Corte, hoje Rio de Janeiro. (Pereira, 2000)

Em relação à formação do profissional con-

tábil propriamente dito, uma das primeiras manifestações ocorreu em 1856, "ano em que foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, que já na década seguinte passou a oferecer a disciplina Escrituração Mercantil". (Schmidt, 2000, p. 276)

Verifica-se, portanto, que apesar das aulas de comércio terem tido início na primeira década do século XIX, o ensino comercial demorou muito tempo para que tivesse uma estrutura capaz de torná-lo mais bem preparado para atender às necessidades presentes. Segundo MARION e ROBLES JUNIOR, "a primeira escola de contabilidade no Brasil, na forma de escola de comércio foi a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, que surgiu em 1902 como Escola Prática de Comércio". (1998, p.38)

Essa instituição foi responsável pela formação de muitos dos primeiros professores na área contábil.

Três anos mais tarde, o Decreto Federal nº 1 339 reconheceu oficialmente os diplomas expedidos pela Escola Prática de Comércio, instituindo dois cursos: um denominado curso geral e outro chamado curso superior.

Em 1931, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e o governo provisório sancionou alguns decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras, ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como "Reforma Francisco Campos" e dentre eles está o **Decreto 20.158**, de 30 de julho, que organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. (Grifo nosso)

Portanto, foi nesse ano que se instituiu o curso de Contabilidade, que tinha em seu início a duração de três anos e formava o chamado "perito contador". A conclusão de dois anos do referido curso concedia o título de guardalivros.

Porém, o curso de contabilidade somente

adquiriu status de nível superior em 1945, através da Lei nº 7 988, que instituiu o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, com a duração de quatro anos.

Em cada novo curso criado em qualquer das regulamentações sancionadas, existia sempre a preocupação de transformar em prática aquilo que estava no papel, o que implicava em encontrar docentes capacitados para lecionar as matérias previstas, dentro de determinados padrões de exigência.

Isso sempre representava uma dificuldade a mais no início dos cursos. No entanto, essa necessidade e preocupação abria caminhos para que houvesse uma melhor preparação pedagógica por parte dos profissionais que lecionavam nesses cursos, pois como já dizia FRANCO (1997, p. 49), "a profissão somente evoluiu, realmente, nos países onde o desenvolvimento econômico constituiu a causa e o estímulo dessa evolução".

Mesmo porque o Decreto nº 19 852/31 já havia criado a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que, dentre outras atribuições, objetivava desenvolver e especializar os conhecimentos necessários ao exercício do magistério.

Os anos 60 reservaram profundas mudanças na postura educacional do país, muito em função da Ditadura Militar de 1964. Em 1968, entra em vigor a Lei nº 5 540/68, que reforma o ensino universitário, criando, entre outras ocorrências, a departamentalização e a matrícula por disciplina. A Lei instituiu, ainda, o sistema de créditos.

Por essa época já existiam cursos de licenciatura em contabilidade que preparavam profissionais para lecionar nos cursos técnicos em contabilidade.

Passa-se, também, nesse período, a dar maior ênfase à formação pedagógica em várias universidades, o que indiretamente influenciava uma preocupação maior com os pro-

fessores de contabilidade tanto no nível médio quanto no superior.

É nessa década igualmente que ocorre "uma mudança de orientação didática do ensino da contabilidade geral" (SCHIMDT, 2000, p. 209), a partir da introdução de um novo método de ensino da contabilidade.

SCHMIDT lembra, ainda, que a partir dessa mudança, que foi basicamente de cunho didático, há uma conversão aos autores e pensamentos da escola norte-americana em detrimento das escolas de pensamento italianas presentes até então.

A década de 70 viu surgir a Lei 5.692/71, trazendo várias mudanças educacionais e "a nova ordem era estender a educação fundamental a todos os estudantes, eliminar o dualismo entre a escola acadêmica e a escola profissionalizante e oferecer preparação para o trabalho, como alternativa para o ingresso no ensino superior". (Pereira et al, 2000, p. 47)

No entanto, a história mostra que os resultados para os objetivos iniciais não foram atendidos e, a partir do final dessa década, o magistério foi progressivamente sendo desprestigiado, por várias razões, mas principalmente, pelos valores dos salários oferecidos.

Na verdade, na maioria dos casos, não era interessante para os profissionais da área contábil direcionar-se para a educação em contabilidade, sendo-lhes mais rentável, ainda que com inúmeros problemas, trabalhar em escritórios ou departamentos de contabilidade das empresas em geral.

É a partir dessa época que começa, de forma mais intensa, a surgir a figura do professor trabalhando em jornadas duplas e triplas em várias instituições, como única forma de contabilizar os recursos necessários à sua sobrevivência. Assim como nas demais áreas profissionais, tal fato também acontece na área contábil, causando distanciamento entre teoria e prática, visto que geralmente quem leci-

onava não possuía prática contábil ou, mesmo que a tivesse, pelo acúmulo de um maior número de turmas, via esse tempo cada vez mais reduzido. Inversamente, quem trabalhava na área contábil das empresas quase sempre não estava interessado em lecionar.

Além disso, sabe-se que tempo excessivo em sala de aula é sinônimo de tempo insuficiente para planejamento, estudo e pesquisa e, se o tempo para essas atividades fundamentais na educação é escasso, num prazo curto deixa-se de se ter bons profissionais.

Como se pode observar, " as relações entre o sistema educacional e o sistema econômico são profundas; elas se medem não apenas em termos de "defasagem", mas também em termos de exigências reais do modelo econômico. Ambas determinam o grau de avanço ou de atraso da escola". (Pereira et al, 2000, p. 33)

Em 20 de dezembro de 1996, é promulgada a Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que traz profundas mudanças para a educação e apresenta vários artigos que tratam especificamente dos profissionais de educação para todas as áreas. Em regulamentações posteriores insere conceitos e concepções da abordagem das competências, como se verá a seguir.

3 A ABORDAGEM DAS COMPETÊNCIAS E SUA INFLUÊNCIA NO ENSINO CONTÁBIL

A discussão sobre o papel da escola em todos os seus níveis não é algo recente. Tampouco é novo o debate sobre o papel do professor e sua importância no processo educacional em qualquer nível e em qualquer área. Na contabilidade esse cenário não é diferente.

Sabe-se, ainda, que o contador, assim como qualquer outro profissional, tem ago-

ra diante de si novas exigências, já que as mudanças recentes no contexto mundial foram e são bastante complexas. Além do mais, não há dúvidas quanto à continuidade desse ambiente pelos próximos anos.

A década de 90, principalmente em relação à Europa e à América Latina, viu afluir o crescimento da abordagem das competências, modelo que muitos países têm adotado nas suas propostas de mudança de estrutura educacional.

Quando efetivamente essa abordagem tomou efeito é impossível dizer. Se fosse possível demarcar um início para esse surgimento, talvez se chegasse a Jomtien, na Tailândia, no ano de 1990. Lá estabeleceu-se a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, cujo pressuposto era a necessidade de revisão de todo o processo educacional para um novo modelo que fosse bastante além das práticas usuais de até então, que se baseavam na junção de grupos sobre temas ou assuntos para se memorizar ou na realização de exercícios para se praticar à exaustão.

De lá para cá, muitos países não só têm debatido a abordagem das competências, mas também a têm implementado em seus programas educacionais. Todos apresentam como razão para as reformas educacionais a necessidade de se adequar a escola, em todos os níveis, às mudanças que vêm se processando tanto em relação ao processo produtivo, com a tão propalada revolução tecnológica, quanto aos níveis social e político.

No Brasil, o grande marco para a oficialização dessa discussão surge na Lei 9.394/96 e regulamentações complementares. Nelas encontra-se, por exemplo, uma definição de competência: "*capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho*". (Resolução CNE/CEB,

nº 04/99, art.6)

Segundo os órgãos oficiais, a abordagem por competências, embora num primeiro momento direcionada à educação profissional e ao nível médio, deveria ser adotada nos diferentes níveis de ensino para tornar assim a educação formal mais próxima das exigências do mercado e da sociedade.

A adoção dessa abordagem traz para os órgãos oficiais de qualquer país, a marca da atualização e da modernização.

Em relação à capacitação pedagógica de professores, a justificativa para sua utilização é a de que a construção de competências traz em seu bojo características consideradas na atualidade como fundamentais e inerentes à atividade docente. (DCN 2001, p. 4)

Embora haja controvérsias quanto a essa posição, Popkewitz (1997, p. 21) entende que *“o ensino por competências parece responder à globalização em curso, à nova ordem econômica mundial, visando criar uma certa hegemonia ideológica, facilitando, através do ensino, a chamada revolução conservadora. Em verdade, trata-se mais de um instrumento para realizar a regulação social”*.

No Brasil, a abordagem das competências é comumente associada, embora de uma forma diferente, ao retorno do modelo de Pedagogia por Objetivos, presente na década de 1970, e que possuía uma taxonomia que descrevia e limitava as ações, havendo uma grande preocupação com os resultados, mas desconsiderando-se o processo.

As características presentes na educação naquela época estavam vinculadas a uma formação tecnicista e pragmatista e como esta emanava do Governo, tanto quanto a atual, é como se a reação contra os gerais, na época da ditadura, se repetisse agora, ainda que num contexto diferente.

De qualquer forma, o uso da noção de competência, segundo Flink (2002, p. 19), *“não*

deixa de evocar o da noção de formação (à qual a noção de competência está, aliás, muito ligada)”, que aparece nos anos 60 e se afirma nos anos seguintes, pela instauração de um dispositivo legal (Lei de 1971 e regulamentos posteriores).

Por outro lado, vê-se na área contábil muitos esforços sendo empreendidos no sentido de se padronizar internacionalmente os sistemas de contabilidade, as regras de registro contábil, os relatórios e tudo mais que possa se tornar homogêneo, no intuito de facilitar os negócios entre os países e os blocos econômicos formados. Tais esforços tendem a influenciar também os currículos dos cursos de Ciências Contábeis.

Por conta disso, entender o porquê da abordagem das competências e sua disseminação nos vários países parece um caminho lógico a seguir, ou seja, é preciso entendê-la para além dos questionamentos superficiais, para que se possa avaliá-la com mais consistência. Até porque os aspectos educacionais, de um modo geral, e o contábil, em específico, estão vinculados, tanto quanto os negócios empresariais, que representam o ambiente de atuação do contador, a questões macroeconômicas, políticas e sociais.

É preciso, então, analisar a lógica da abordagem das competências e seu impacto no longo prazo, já que na hipótese de sua implementação de forma efetiva, o ensino contábil certamente sofrerá o choque.

Porém, já num primeiro momento depara-se com um problema: o fato de que não há consenso entre os educadores e estudiosos do assunto sobre o conceito de competência.

Além disso, a utilização da noção de competências torna-se um pouco indistinta. Quer dizer, todos a procuram, mas com visões diferenciadas.

As empresas utilizam, em geral, a noção de competência, entendendo-a como um sa-

ber fazer, calcado em experiências, e visando sempre uma maior produtividade, ou seja, maior lucro.

Os profissionais, inserindo-se aí os contadores, geralmente entendem o sentido de competência vinculado ao aumento da quantidade de conhecimentos sobre determinado tema ou mesmo sobre vários temas.

A escola, ou pelos menos os estudiosos do assunto, apresentam visões e conceitos diferentes sobre competências, mas de modo geral caracterizam-na como uma proposta de interligação entre os saberes (saber, saber ser, saber fazer) e isso em situações complexas e urgentes, tal qual o cenário que hoje se vislumbra, para a resolução de problemas.

Nesse sentido, para desenvolver competências, é preciso, antes de tudo, trabalhar por resolução de problemas e por projetos, ou ainda, propor tarefas complexas e desafios que incitem os alunos a mobilizar seus conhecimentos e, em certa medida, a completá-los. Isso pressupõe, então, uma pedagogia ativa, cooperativa, que privilegie a busca e o trabalho em equipe. Como salienta Perrenoud (1999, p. 53), *"uma abordagem por competências determina o lugar dos conhecimentos na ação"*.

Para tanto, o professor precisa mediar o processo ensino-aprendizagem de forma "competente", fazendo um papel muito mais de orientador do que de transmissor do conhecimento.

Isso requer uma nova visão do papel do professor, ratificando, inclusive, a importância do planejamento de ensino, da utilização de metodologias diversificadas, da revisão constante dos critérios de avaliação, da correta utilização dos recursos da tecnologia. Como bem lembra Perrenoud (1999, p. 58), *"é importante que o professor saiba aonde quer chegar, o que quer trabalhar, quais os obstáculos cognitivos com os quais quer confrontar todos ou parte de seus alunos"*.

Em relação aos cursos de Ciências Contábeis, KOLIVER (1999, p. 27) complementa ainda dizendo que *"o enfoque tradicional nos cursos de graduação em contabilidade peca por restringir, com grande frequência, os estudos contábeis a um elenco de procedimentos aplicados, com prejuízo de uma visão ampla da contabilidade e sua inserção na dinâmica socioeconômica dos nossos tempos"*.

Em linhas gerais, a abordagem das competências propõe novas formas de aprendizagem, a partir da contextualização e da aplicação de conhecimentos e habilidades em situações reais de trabalho, mas principalmente pressupõe a transferência da ênfase do ensino do conteúdo para o sujeito da aprendizagem, o aluno.

Analisando-se o papel do contador na dinâmica empresarial atual, que diariamente precisa encontrar soluções e tomar decisões em prazos cada vez mais curtos, em que legislações precisam ser interpretadas e ações complexas precisam ser analisadas sob várias óticas - custo e benefício, causa e efeito, risco e retorno, entre outros - percebe-se que as propostas dessa abordagem, num primeiro momento, estão coerentes com as necessidades de formação de contadores nos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Apoiados nessa afirmativa e considerando-a como verdadeira, encontramos, então, diante de um dilema: não há como se conceber individualmente a realização integral de um curso tão longo quanto uma graduação em Ciências Contábeis. É preciso, então, que professores, coordenadores, supervisores pedagógicos e outros atores do processo trabalhem em coletividade.

Porque é preciso discutir e debater os objetivos do curso, a tendência do mercado de trabalho, as novas exigências profissionais, as eventuais carências educacionais que podem causar impacto na aprendizagem dos futuros

contadores. Só assim pode-se pretender fazer mudanças efetivas e não só em currículos, mas também e, principalmente, na proposta político-pedagógica da instituição e nas ações dos professores, pois, como lembra CAMARGO (1999, p. 39), "*há que se conhecer plenamente a área de atuação profissional do contador, a fim de que se tenha conhecimento do que este irá precisar em conhecimentos para poder, honestamente, desempenhar sua missão*".

Os pressupostos para essa mudança seriam, primeiramente, a revisão das práticas pedagógicas e dos critérios de avaliação, visto que se o mundo mudou, até que ponto os sistemas tradicionais se adaptam a esse novo ambiente?

Outra pressuposição é de que o nosso tempo exige que se tenha competência para o trabalho em equipe e, como a escola é uma extensão da sociedade, devendo preparar as pessoas para que sejam competentes o bastante para uma atuação eficaz nesse cenário, é imprescindível que se tenha um efetivo trabalho pedagógico realizado em grupo.

Porém, como lembra Perrenoud (2000), não se deve pensar em equipe pedagógica como um simples agrupamento de pessoas que agem juntas, porque não é na simples junção que se há de conseguir um desenvolvimento prático e eficaz.

É preciso que haja consenso de que o ambiente participativo proporcionado pelo grupo seja estimulante e encorajador, para que o professor, na sala aula, possa testar coisas novas, propor novas idéias, sugerir abordagens diferentes sobre temas recorrentes.

Conceber uma visão mais abrangente e, portanto, mais complexa de equipe pedagógica, que consiste no grupo assumir responsabilidades de forma conjunta, fazendo com que toda a ação não seja individual, mas coletiva, deve ser um ideal a ser alcançado.

A resistência de muitos é proveniente do

fato de que a maioria dos professores foi formado em uma perspectiva individualista, em que as horas gastas com negociações e discussões com outros professores e/ou coordenadores são identificadas como uma perda de tempo, como algo que não traz benefícios.

É preciso, portanto, compreender melhor as razões que levam os professores a resistir ao trabalhar de equipe. Ao mesmo tempo, é preciso verificar como a tecnologia na educação pode auxiliar na superação dessa barreira.

Se há concordância de que a tecnologia facilitou a vida em muitos aspectos profissionais, não há como deixá-la à margem dos aspectos educacionais.

4 A TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO E SUA APLICAÇÃO NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Num curso de graduação em contabilidade é possível, por exemplo, estudar a dinâmica patrimonial sem conciliá-la a uma empresa real. É também possível ensinar os lançamentos contábeis sem a utilização de computadores ou de um software específico de contabilidade. Pode-se tentar retratar o ambiente empresarial ou de um escritório de contabilidade sem nunca estar presente em um deles. Tudo isso é possível, mas até que ponto, considerando o contexto atual, isto é válido? Qual é o limite no qual a ausência de uso dos recursos tecnológicos no curso podem implicar na perda de qualidade?

Nos aspectos pedagógicos e metodológicos, pode-se questionar, ainda, se é possível trabalhar todo o programa somente com aulas expositivas e com muita escrita no caderno, sem ao menos apresentar um mínimo de proximidade com os recursos tecnológicos presentes no ambiente dos negócios.

A tecnologia pode e deve otimizar o tempo de aula. Por que continuar a ditar exercícios

ou mesmo copiá-los no quadro se há recursos que podem substituir essa prática? Sempre que for possível, por que não utilizá-los?

Os recursos tecnológicos podem ser um instrumento facilitador também na concepção de metodologias ativas que requeiram a participação dos alunos de uma forma mais efetiva, que é, na verdade, um dos pressupostos da pedagogia das competências.

A busca pela informação, através da pesquisa, deve ser estimulada. A capacidade de abstração e análise deve ser enfatizada como requisito profissional fundamental. Isso porque no ambiente de trabalho, a informação para a resolução de qualquer problema terá que ser buscada e, mesmo quando encontrada, terá que ser analisada de forma consistente, a fim de se tomar as decisões, pautadas em argumentações e avaliações fundamentadas.

É importante, portanto, a adoção de modelo pedagógico que tenha como um de seus objetivos principais fazer com que os graduados em contabilidade adquiram no curso "*competências que se igualem às exigidas por aqueles que irão empregá-los*". (PRATT; FREDERICKSON 1995, p. 231)

Da mesma forma que não se pode imaginar um escritório contábil ou um departamento de contabilidade de uma empresa sem computadores com acesso à Internet, não se poderia conceber um curso de Ciências Contábeis em que os professores não estimulem nem aproveitem os recursos tecnológicos disponíveis para aplicação efetiva na realização do programa.

Por essa razão é que se concebe que o uso das tecnologias da informação e da comunicação na educação representa um ato bidirecional, pois, ao mesmo tempo que volta-se para a frente, ao utilizar vantagens só disponíveis por meio do avanço da tecnologia, é também, algo que nos induz a olhar para

trás, no sentido de se rever conceitos, de se verificar os resultados e, porque não, de aprender um pouco mais.

5 CONCLUSÕES

A preocupação com a formação pedagógica dos professores de contabilidade no Brasil, em função da própria conjuntura de desenvolvimento do país, é bastante recente, principalmente se comparada com outros países.

A necessidade de uma melhor capacitação pedagógica dos professores de contabilidade e de uma mudança de postura profissional faz-se necessária, em função das complexas mudanças econômicas, sociais, políticas, financeiras, ambientais e tecnológicas que atualmente se presencia, pois, como afirma FERREIRA (1992, p. 3), "analisar o ensino da contabilidade merece, antes, analisar-se o ambiente em que a profissão está inserida".

A abordagem das competências propõe um novo lidar com o processo ensino e aprendizagem e, por ser um tema bastante debatido em vários países, precisa ser estudado e analisado com critério pelos professores de contabilidade, a fim de se verificar convergências entre suas teses e as necessidades reais de aprendizagem dos futuros contadores.

O mundo, a realidade das empresas e dos negócios, e o perfil profissional do contador são hoje completamente diferentes de tempos atrás e, por conseguinte, não parece coerente que os alunos continuem sendo orientados e avaliados sob os mesmos critérios e segundo as antigas regras.

Ao professor de contabilidade cabe o desafio de mudar de uma postura de transmissão do conhecimento para outra que motive os alunos à busca, fazendo-os ter uma participação mais ativa e de maior autonomia em sua própria aprendizagem.

A tecnologia disponível deve ser utilizada na educação e não só pela perspectiva de um

novo recurso, mas também e, principalmente, sob a ótica de possibilitar novos métodos

que expressem uma pedagogia ativa e mais próxima à realidade do contexto atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. (2001) **Desenvolvimento de Competências Profissionais: as incoerências de um discurso**. Tese de Doutorado, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais.
- BRASIL/CNE. RESOLUÇÃO CEB N.º 4, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1999. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**.
- BRASIL/MEC/CNE. Parecer n.º 009/2001; **Diretrizes Curriculares nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**.
- BRASIL/PR. Lei 9394 de 20 /12/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, n.º 248, 23/12/1996, pp. 27833-27841.
- CAMARGO, Ynel Alves de. Os conhecimentos indispensáveis ao contador. **Revista Brasileira de Contabilidade**, ano. 28, n. 117, p. 39, maio/junho, 1999.
- DEFFUNE, Deisi ; DEPRESBITERIS, Léa. **Competências, habilidades e currículos de educação profissional - crônicas e reflexões**. São Paulo: Editora Senac/SP, 2000.
- FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. O ensino da contabilidade - Mudança nos cursos de ciências contábeis - Questão de currículo ou mentalidade? **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 3-8, fev. 1992.
- FLINCK, Nelcy Terezinha Lubi. **Construção da competência em educação**. Ver. Pec., Curitiba, v. 2, n. 1, p. 19-23, jul.2001/jul. 2002.
- FRANCO, Hilário. Cursos de pós-graduação, educação profissional continuada e valorização da profissão contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 26, n. 103, p. 46-55, jan/fev. 1997.
- GONÇALVES, Ana Maria ; PEREZ, Selma Martinez. **Educação básica e continuada de professores : modelos, problemas conceituais, ações e condições histórico-político-institucionais**. Revista do Centro de Ensino Superior Catalão - CESUC, v. 4, n.º 6, 1º semestre de 2002.
- KOLIVER, Olivio. A educação contábil no Brasil: Panorama, desafios e desenvolvimentos futuros. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 26, n. 108, p. 18-21, 1998.
- . As diretrizes curriculares e a formação do contador. **Revista Paulista de Contabilidade**, n. 119, set./out. 1999.
- . O aproveitamento de disciplinas e a formação do contador. **Revista CRCRS**, Porto Alegre, v. 22, n. 73, p. 3-10, abr./jun. 1993.
- MARION, José Carlos; MARION, Marcia Maria Costa. A importância da Pesquisa no ensino da contabilidade. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, mar. 1999.
- MARION, José Carlos; ROBLES JUNIOR, Antonio. A busca da qualidade no ensino superior de contabilidade no Brasil. **Revista de Contabilidade do CRCSP**, São Paulo, v. 1, n. 5, jul.1998.
- PEREIRA, Wally Chan (org.). **Educação de professores na era da globalização: subsídios para uma proposta humanista**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000.
- PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Artmed Editora: Porto Alegre, 1999.
- POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma Educacional: uma política sociológica - poder e Conhecimento em educação**. Artmed Editora: Porto Alegre, 1997.
- PRATT, Jamie & FREDERICKSON, James R. A model of the accounting education process. **Issues in accounting education**. v. 10, n. 2, 1995.
- RAMOS, Marise Nogueira. (2001) **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez Editora.
- RODRIGUES, Alberto Almada. **A importância do professor no ensino e a Educação contábil**. PortoAlegre: Revista do CRCRS, v. 17, n. 51, p. 39-44, 1988.
- ROPÉ, Françoise & TANGUY, Lucie. **Saberes e competências: o uso de tais Noções na escola e na empresa**. São Paulo: Papirus Editora, 1997.
- SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.
- SILVEIRA, Regina Lucia Barros Leal da. **Competência e habilidades pedagógicas**. Revista Iberoamericana de educacion (ISSN: 1681:5653)